

PÔSTER

BNCC E BNC-FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Eixo 1 – Formação de professores/as: a Educação Infantil como foco.

Daniela Neto Oliveira Peixer – IFC

daniela.ne@hotmail.com

Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva – IFC

filomena.silva@ifc.edu.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir sobre as possíveis repercussões da BNCC e BNC-Formação Continuada sobre a formação continuada de professores da educação infantil das redes municipais de ensino.. Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa que abrangerá estudos bibliográficos e análise documental. Para a fundamentação teórica, nos amparamos em autores que discutem acerca das políticas neoliberais, particularmente daquelas relacionadas ao currículo da Educação Básica e da formação de professores. Quanto a análise documental nos propusemos analisar a partir da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Resolução CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020 que estabelece a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Como resultados provisórios desta pesquisa em andamento, sinalizamos que há articulação e padronização das políticas educacionais para que se institua e fortaleça a pedagogia das competências sobre a formação das crianças e dos/as professores/as, retomando a lógica das políticas públicas conservadoras dos anos de 1990, que sob o viés neoliberal, defendem a meritocracia e promovem a formação de sujeitos alienados para servir aos interesses do sistema produtivo capitalista.

Palavras-chave: BNCC; BNC- Formação continuada; Prática docente.

Introdução

O debate acerca do papel social da educação é recorrente no contexto histórico brasileiro, ganhando centralidade nos últimos três anos em razão do cenário de

contrarreformas das/nas políticas públicas da educação brasileira. Para este pôster, nosso recorte para a reflexão está em discutir sobre as possíveis repercussões da BNCC e BNC-Formação Continuada sobre a formação continuada de professores da educação infantil das redes municipais de ensino.

Inicialmente gostaríamos de mencionar que em 2017 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017. Esta resolução estabelece a Base Nacional Comum Curricular que tem o objetivo de normatizar e sistematizar um conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas durante a Educação Básica (BRASIL, 2017).

Além das alterações no currículo da formação dos estudantes da Educação Básica, a BNCC impactou na formação dos professores ao ser incorporado seus princípios na Resolução CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020 que estabelece a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Assim, as recomendações e concepções estabelecidas pela BNCC orientam tanto os currículos e as propostas pedagógicas desenvolvidas pelos sistemas de ensino, quanto a formação dos seus professores.

No que diz respeito à Educação Infantil, a BNCC impacta especialmente as redes municipais (responsáveis pela educação infantil), que vêm implementando ações no sentido de alinhar e padronizar os currículos da formação das crianças pequenas a partir do desenvolvimento de habilidades e competências, assim como das/os trabalhadoras/es da educação.

Vale lembrar que este movimento de alteração da Base da Formação das crianças e jovens e de seus professores, constituiu-se em um processo aligeirado que inviabilizou a necessária e efetiva participação de intelectuais e profissionais da educação, tampouco envolveu a sociedade civil organizada. De acordo com Bazzo e Scheibe (2019), a BNC Formação constituiu-se de mudanças rapidamente implementadas para atender ao ajustamento e estruturação de uma base nacional comum de competências e habilidades (que deve ser comum a todos os professores da Educação Básica) e as demandas do capital, influenciadas por organismos não governamentais, “construídas no interior da racionalidade neoliberal na educação, que atende prioritariamente aos interesses dos setores privados” (BAZZO & SCHEIBE, 2019, pg. 682).

Assim, a problemática deste estudo é discutir quais as repercussões da BNCC e BNC-Formação Continuada sobre a formação continuada de professores da educação infantil das redes municipais de ensino?

Diante deste cenário em que a educação está imersa, ressaltam-se desafios enfrentados pelos sistemas de ensino municipais acerca da formação e do trabalho docente, tanto no sentido de construir resistências ou produzir adesões à concepção de formação presentes na BNCC e na BNC-Formação Continuada. É neste contexto que estabelecemos como objetivo deste trabalho refletir sobre as possíveis repercussões da BNCC e BNC-Formação Continuada sobre a formação continuada de professores da educação infantil das redes municipais de ensino.

Processos metodológicos

Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se por uma abordagem de investigação qualitativa, desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica à luz dos teóricos como Ball (2014); Bazzo & Scheibe (2019); Hypólito (2019), Lima & Sena (2019); Silva (2022) e para análise documental, buscando “identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Assim, no que se refere a análise documental, utilizamo-nos de fontes primárias a partir de documentos oficiais como a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Resolução CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020 que estabelece a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica.

BNCC e BNC-Formação Continuada de Professores:

A formação de professores da educação infantil vem se constituindo historicamente em meio à políticas contraditórias, especialmente no que diz respeito às suas concepções e repercussões sobre a prática docente nesta etapa de ensino. Tomamos para análise neste trabalho, especialmente, as orientações para a formação e os impactos

desta sobre o trabalho docente, especialmente a partir das regulamentações e padronizações da formação de professores também decorrentes da LDB 9394/96.

Vale lembrar que a LDB 9394/96 estabeleceu que a formação requerida para a docência no Ensino Fundamental dar-se-ia em cursos de nível superior - licenciatura plena, e para a Educação Infantil, apesar de exigir como formação mínima o magistério de nível médio, sinalizava para a preferência da formação ocorrer em nível superior. A partir de tal exigência, há uma movimentação para a construção de Diretrizes Curriculares para a formação inicial de professores de todas as etapas da Educação Básica, inclusive para os cursos de Pedagogia.

No que se refere à formação dos professores da Educação Básica, a Resolução CNE/CP 01/2002, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Tal resolução orienta a construção de projetos pedagógicos de curso de licenciatura sob a perspectiva da pedagogia das competências, cuja lógica reducionista e pragmatista de formação é retomada na BNCC de 2018 e na BNC-Formação inicial e continuada de professores, que discutiremos mais adiante.

Mesmo sob tal orientação, as Diretrizes do Curso de Pedagogia aprovadas por meio da Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, apresentaram um significativo avanço na perspectiva da formação inicial de professores para atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental no que concerne a concepção de docência estabelecida no Art. 2º, § 1º que a compreendem

[...] como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2006).

Sem focalizar a Pedagogia das competências, as Diretrizes dos cursos de Pedagogia passam a se constituir em referenciais relevantes não somente para a formação inicial dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, mas também repercutiram sobre a concepção que orientou as Diretrizes Curriculares

Nacionais da Educação Infantil de Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009 e sua atualização em 2013 por meio da Resolução Nº 4 de julho de 2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Em 2015, após mais de uma década de alterações na perspectiva governamental na esfera federal, por meio da ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2003, reeleito em 2006, a eleição em 2010 e reeleição em 2014 de Dilma Rousseff, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores (DCN/2015). Apesar de terem sido amplamente discutidas em todo país por meio de audiências regionais e nacionais, várias foram as postergações de sua implementação por muitas instituições formadoras.

Conforme Bazzo e Scheibe (2019), essas postergações tinham o intuito de adiar o processo de implementação para que a formação de professores atendesse as demandas da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, ou seja:

O professor deveria ser formado para atender aos ditames dessa base curricular, que, como sabemos, teve uma tramitação sensivelmente polemizada pelos educadores nas diversas entidades, uma vez que sua aprovação acontecia para atender a um modelo de currículo padrão para todo o País, elaborado de acordo com uma visão tecnicista/instrumental, favorável às orientações dos grupos empresariais, interessados em formar um trabalhador que lhes fosse submisso, a partir, portanto, de um currículo próximo do que poderíamos chamar de mínimo e muito distante de uma base curricular que lhe propiciasse formação capaz de desenvolver sua autonomia e criticidade (BAZZO & SCHEIBE, 2020, pg. 673).

Neste contexto, foi aprovada em 2019 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a Resolução CNE/CP Nº. 2 de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e a Resolução CNE/CP Nº 1, de 2020, que estabelece a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), alinhadas a BNCC.

Ao refletir sobre as concepções implícitas na BNCC, percebe-se entre as possíveis repercussões na formação continuada de professores, uma padronização do processo de ensino e aprendizagem das crianças desde a educação infantil, organizados por campos de experiência e objetivos de aprendizagem, que devem ser alcançados por

todas as crianças, independente do contexto em que as crianças estão inseridas e das suas singularidades.

Da mesma forma que a BNCC padroniza o currículo para a formação das crianças, a BNC-Formação inicial e continuada induz uma padronização do trabalho docente, bem como às demandas de aprendizagem dos sujeitos, a fim de atender os modos de produção capitalista, ao tempo que toma como concepção norteadora as *competências* para a formação docente, ocasionando consequências, dentre as quais, em outras palavras “formar professores para ensinar a BNCC” (SILVA, 2022).

Nesse sentido, evidencia-se o contrassenso proposto pela BNCC e pela BNC-Formação de professores no que entendemos ser a função social da educação de um modo geral, e da educação infantil de modo particular, quer seja, o desenvolvimento de processos educativos e formativos comprometidos com uma educação emancipatória. Dizemos isto considerando que, de acordo com Lima & Sena (2020, pg. 14), observa-se “um nítido movimento de retirada das perspectivas crítico-emancipatórias dos processos educativos, em favorecimento da formação de uma “consciência cidadã” para o capital” especialmente a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Base Nacional para a formação de Professores (BNC).

Silva (2022, p. 36) compreende que o professor “como agente de uma práxis transformadora, necessita de sólida formação teórica e de uma reflexão crítica sobre sua ação pedagógica”. Em contraposto a isso, a BNC prioriza o saber fazer, os métodos, e as técnicas mais adequadas para solucionar os problemas do cotidiano escolar, ao invés de concentrar-se no domínio de teorias científicas, evidenciando a dicotomia entre teoria e prática. Aliada a esta questão, observamos nos capítulos III e IV da BNC-Formação Continuada, além da flexibilização dos cursos, programas e ações de formação continuada, um incentivo às parcerias público-privadas, as possibilidades de mentoria e tutoria, que se constituem em reflexos dos mecanismos neoliberais por meio das terceirizações e privatização da educação, vistas atualmente como um grande nicho de mercado.

De acordo com Hipólito, tais ações fazem parte de uma agenda global, com influências nas políticas de formação docente elaboradas e implementadas, “a partir de grupos hegemônicos, nem sempre coesos, ora mais liberais, ora mais ultraliberais, ora neoconservadores e autoritários” (HYPÓLITO, 2019).

Para melhor compreender esse processo de reformas educacionais como mecanismos influenciados por uma perspectiva neoliberal, Ball (2014) elucida que as empresas atuam nas “políticas públicas operando entre o Estado e as organizações do setor público – tornando as reformas sensatas e administráveis”, incluindo aqui o exemplo da venda de formação continuada por meio de empresas de consultoria e treinamento, tornando a educação como uma mercadoria. Tal atuação do empresariado precisa ser vista com atenção, uma vez que impactam sobre a concepção de educação e de formação dos estudantes e seus professores, e ainda sobre o trabalho docente, transformando os professores meros instrutores de trilhas educativas.

Considerações finais

Neste contexto de contrarreformas, a proposta curricular e a formação de professores para a educação infantil passam por significativa mudança em sua estrutura a partir da articulação da BNCC e BNC-Formação continuada, estruturada sob a concepção de competências e habilidades, organizadas em campos de experiência e delimitadas por objetivos de aprendizagem, que fragmenta a formação das crianças por áreas de conhecimento e grupos etários.

Neste sentido, destacamos que é imprescindível que os professores produzam resistências à concepção de formação instituída pela BNCC e BNC, que se constituem em contrarreformas da educação, uma vez que retomam a lógica das políticas públicas conservadoras dos anos de 1990, que sob o viés neoliberal e da pedagogia das competências, dialoga com a perspectiva da meritocracia e promovem a formação de sujeitos alienados para servir aos interesses do sistema produtivo capitalista.

Referências

BALL, S. J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal** (Tradução de Janete Bridon, Ed.; UEPG). 2014.

BAZZO, SCHEIBE, L. (2019) **De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente.** Retratos Da Escola, 13(27), 669. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i27.1038>

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 de abril de 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 18 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2022.

BRASIL. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em 02 de junho de 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 de junho de 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 de março de 2022.

BRASIL. Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2017. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DE_DEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em 08 de abril de 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação

Básica (BNC-Formação). <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020** - Institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) 2017. <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

HYPÓLITO, Á. M. **BNCC, AGENDA GLOBAL E FORMAÇÃO DOCENTE**. Retratos Da Escola, 13(25), 187.2019.

LIMA, SENA. Ivânia Paula Freitas de Souza. **A pedagogia das competências na BNCC e na proposta da BNC de formação de professores: a grande cartada para uma adaptação massiva da educação à ideologia do capital** (Antônio Marcos da Conceição Uchoa; Átila de Menezes Lima; Ivania Paula Freitas de Souza Sena (Orgs., Ed.; Editora FI, Vol. 2). 2020.

LUDKE, MENGA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** I Menga Lüdke, Marli E.D.A. André. - São Paulo: EPU, 1986

SILVA, K. A. C. P. C. da. **Formação de professores na Base Nacional Comum Curricular: conceitos em disputa**. (Orgs.) LIBÂNEO, Ed. Cegraf UFG, (Vol. 2). 2022.